

Coluna do Castello

1985 ensinou
também aos leigos

É claro que a leitura sistemática, por dever de ofício ou por interesse político, não ensina economia aos leigos. Mas sempre dá para que se percebam algumas noções com as quais podemos nos defender contra afirmativas mais radicais ou que se componham menos com aquilo a que se dá o nome de bom senso. A gente se arma contra a impostura.

Em 1985, por exemplo, não avançamos nossos conhecimentos em ciência financeira mas ficamos sabendo que, permanecendo a inflação pouco acima do patamar exibido no ano anterior, a economia cresceu de 7,5%, foram criados 1 milhão e meio de empregos, acrescido o ganho real dos salários, os juros dos bancos oficiais caíram um pouco e, mantendo o nível das exportações e as reservas em moeda forte, resistimos por mais um ano às pressões do FMI, que só acredita nos seus próprios meios de arrumar em economia, geralmente com grave sacrifício das populações envolvidas.

A expectativa de pôr fim à inflação não se cumpriu. Antes pelo contrário; reduziu-se um pouco, com a elevação da taxa anual global, sobretudo dos últimos meses do ano, o que poderia antecipar uma tendência, com a qual sempre nos ameaçam, de uma explosão inflacionária à la Argentina. Percebe-se portanto que o equilíbrio é instável, mas desde experiências anteriores dá para perceber também que uma certa taxa de aquecimento da economia numa nação carente de empregos e de melhores salários pode ser obtida sem que se mergulhe a economia no caos. No Governo Geisel, tão malsinado por seus projetos megalômanos, o crescimento da economia manteve-se numa taxa média de 6%, segundo a doutrina então pregada pelo ministro Reis Veloso.

O ministro Dilson Funaro, que pegou a bola das mãos de Dorneles num momento para todos de apreensão, manteve, sem agravar o corte nos gastos públicos, o referido equilíbrio instável e nos promete agora, na base de que há um incremento das taxas de investimento, queda real da inflação dos 233% para 130% neste ano que estamos inaugurando. O ministro da Fazenda é um idealista e freqüentemente denunciado por uma aspiração sonambúlica. Por enquanto, ele ainda não fez por que estimular o pânico.

Lendo nas publicações especializadas ou nos comentaristas de maior formação teórica entende-se que o papel dos bancos — os grandes privilegiados da confusão financeira em que andávamos metidos — foi mudando gradualmente no curso de 1985. Eles não estão, como seria natural, financiando a produção, supostamente seu papel específico. Mas a retração dos tomadores de crédito e o fato de o Governo oferecer a melhor taxa de juros por seus títulos, atuaram como drenos poderosos, transferindo a poupança do setor privado para o setor público. Os bancos passaram a emprestar recursos para a rolagem da dívida e perderam o privilégio de serem os primeiros ouvidos pelo Governo para se tornarem os últimos (Ângela Bittencourt, **Gazeta Mercantil**). O volume de empréstimos reduziu-se.

Outra coisa que se apreende com relativa facilidade é porque as negociações em Nova Iorque sobre a dívida externa não progridem. O governo brasileiro quer renegociar as dívidas de longo prazo com redução do **spread** e acha que o desempenho da economia nacional haverá de inspirar uma modificação de atitude da parte dos banqueiros. Ora, os banqueiros, que sabem exatamente a quantas andam, não vivem de oferecer facilidades. Eles querem precisamente, com o decurso do prazo, demonstrar que a melhoria da economia brasileira é precária e que ela não resistirá à pressão de alguns meses, ao fim dos quais voltará a negociar como eles querem pelas taxas que eles fixam.

Ha, portanto, um jogo no qual os banqueiros estão habituados a ganhar e os devedores tradicionalmente perdem. O idealismo do ministro Funaro, assessorado pela competência do sr Fernão Bracher, está levando o desafio até o limite, na certeza de que fatos novos que impulsionem a atividade econômica brasileira ou que alterem os quadro mediante o qual o Governo norte-americano procura entre os devedores quem financie sua dívida interna. Não conhecemos a história dessa pequena guerra, mas ela deve registrar algum precedente que nos favoreça.

Em síntese, a leitura sistemática do que se passou em 1985 na economia e nas finanças brasileiras dá para perceber que está correto o governo em evitar a recessão. Se isso não resolve a situação inflacionária, pelo menos não a agrava. É melhor produzir e criar empregos do que criar apenas ônus internos e externos.

Equilíbrio dinâmico

Comentando em Lisboa com o governador de Brasília, sr José Aparecido de Oliveira, a situação econômica brasileira, o presidente Ramalho Eanes observou: "O que me impressiona na política do presidente José Sarney é que ele está conseguindo um equilíbrio dinâmico. Em geral, o equilíbrio é estático".

Carlos Castello Branco